

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.239, DE 2023

Dispõe sobre a proibição de formulação de pedido contraposto por determinadas pessoas jurídicas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

**Autor:** Deputado ACÁCIO FAVACHO

**Relator:** Deputado BALEIA ROSSI

### I - RELATÓRIO

Busca a presente proposição alterar o art. 31 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, de forma a proibir a formulação de pedido contraposto por grandes empresas no âmbito dos juizados especiais cíveis.

Em suas justificações, o autor aduz que é de conhecimento geral que a pessoa jurídica, exceto microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, não pode figurar no polo ativo de demanda ingressada no juizado especial cível, mas que, em razão de não haver norma que discipline adequadamente a apresentação de pedido contraposto, inúmeras empresas de grande porte utilizam-se desse instrumento em demandas judiciais ajuizadas contra si para cobrarem valores oriundos de contratos ou faturas em desfavor dos consumidores.

Acrescenta que tal uso não está albergado pelo critério da razoabilidade, uma vez que o sistema processual deve guardar coerência entre suas normas. Seria, pois, imprescindível que a lei pacificasse o tema, proibindo a formulação de pedido contraposto por pessoa jurídica que não tenha capacidade para propor ações no juizado especial.



Trata-se de projeto sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

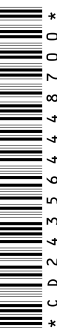
Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

O pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa utilizada está adequada aos comandos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No tocante ao mérito, é nossa posição que a matéria merece prosperar, pois entendemos que o pedido contraposto deveria ser uma possibilidade reservada exclusivamente para aquelas pessoas que estariam autorizadas a propor ação perante os juizados especiais.

A Lei 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê, no § 1º do seu art. 8º, que a pessoa jurídica não pode figurar no polo ativo de demanda ingressada no juizado especial cível. Pelo dispositivo, somente são excluídas dessa proibição as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da



Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.

Já o art. 31 da lei não admite ao réu a reconvenção, apenas pedido contraposto.

A questão que se põe é que muitas pessoas jurídicas, inclusive de grande porte, se aproveitam de tal possibilidade para efetuarem diversos tipos de cobrança, como, por exemplo, contas de usuário.

Então, em inexistindo uma disciplina específica sobre a possibilidade de empresas de grande porte apresentarem pedido contraposto, alguns juizados aceitam a possibilidade dessas pessoas jurídicas formularem tal peça, enquanto outros não permitem essa situação.

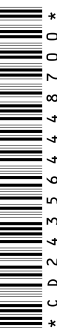
Observa-se que o tema é divergente no âmbito dos tribunais, gerando insegurança jurídica, conforme citações constantes das justificações do projeto, que reproduzimos:

*“Em diversos tribunais, a jurisprudência é no sentido de se admitir a formulação de pedido contraposto por qualquer pessoa jurídica em sede de Juizado Especial, embora estas pessoas não possuam capacidade para estar nesse tipo de juízo:*

**CIVIL. PROCESSO CIVIL. CDC. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. LEGITIMIDADE ATIVA DA PESSOA JURÍDICA PARA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO. ART. 31 DA LEI Nº 9.099/95 E ENUNCIADO 31 DO FONAJE. MÉRITO. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. INOBSERVANCIA DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414/2010 DA ANEEL. FATURA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) O artigo 31 da Lei nº 9.099/95 possibilita que a parte ré formule pedido contraposto, sem distingui-la quanto a sua natureza jurídica, física ou jurídica. Por sua vez, o Enunciado n.º 31 do FONAJE dispõe que “é admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica”. Assim, é possível a formulação de pedido contraposto por pessoa jurídica, quando se relacionarem com os mesmos fatos e pedidos articulados pela outra parte, devendo, ainda, estar dentro da alçada do sistema dos juizados. (...) (RECURSO INOMINADO, Processo Nº 0049439-84.2021.8.03.0001, Relator DÉCIO JOSÉ SANTOS RUFINO, TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS, julgado em 20 de junho de 2023).”**

*“Em outros tribunais, a jurisprudência aponta em sentido contrário. Não é possível que a pessoa jurídica apresente pedido contraposto no âmbito do Juizado Especial:*

**RECURSO INOMINADO – AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C**



*INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – DEMONSTRADA A ORIGEM DA DÍVIDA - DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS – CONFIGURADA A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DO AUTOR - PEDIDO CONTRAPOSTO - INADMISSIBILIDADE NA HIPÓTESE DOS AUTOS – PESSOA JURÍDICA QUE NÃO PODE FIGURAR COMO AUTORA NO PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO PROVIDO EM PARTE. (TJMS 08027498820218120008 Corumbá, Relator: Juiz Wilson Leite Correa, Data de Julgamento: 30/09/2022, 2ª Turma Recursal Mista, Data de Publicação: 06/10/2022)”*

Resta, pois, clara a necessidade de pacificar a jurisprudência quanto a tal questão.

Assim, de forma a resguardar a coerência das normas que regem o procedimento nos juizados especiais, somos favoráveis à adequação do art. 31, de forma a vedar o uso de pedido contraposto por pessoa jurídica que não tenha capacidade para propor ações nesses juizados.

Pelo exposto, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.239, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2024.

Deputado BALEIA ROSSI  
Relator

2024-10270

